

## GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: O PROGRAMA “SÃO PAULO INTEGRAL” NA E.M.E.F. ACLAMADO.

**Talita Silva Souza**

EMEF Coelho Neto – Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

[tlt\\_souza@hotmail.com](mailto:tlt_souza@hotmail.com)

**Maria de Lourdes Leal dos Santos**

Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, Brasil

[mlsantosleal@hotmail.com](mailto:mlsantosleal@hotmail.com)

**Resumo:** O ensino público passa por constantes transformações em suas concepções, metodologias, práticas, provocando um debate crítico entre as questões sociais da contemporaneidade e o currículo no cotidiano escolar. O presente artigo possui como objetivo investigar como o Programa “São Paulo Integral” vem sendo desenvolvido junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Aclamado, no que se refere à gestão democrática e a educação em tempo integral. As questões culturais, políticas e sociais presentes no processo de ensino aprendizagem e propositivas em sua matriz curricular, oportunizaram um diálogo com a formação e saberes dos indivíduos, integrados ao saber formal, possibilitando uma contextualização e emancipação de toda comunidade educativa. Por meio da observação ativa, desenvolveu-se um estudo de caso descritivo, cuja abordagem qualitativa permeou a coleta de dados numa perspectiva de análise e reflexões pautadas na pesquisa bibliográfica e documental. O estudo nos revelou aspectos de uma educação plural, singular e integral da criança e adolescente como sujeitos de aprendizagens. O Programa, aliado à gestão escolar, busca promover uma educação voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno do educando nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola é considerada como espaço de aprendizagem e vivência democrática em que toda comunidade escolar possui voz e voto nas decisões. Nesse contexto, o Programa São Paulo Integral propõe a superação da fragmentação disciplinar do conhecimento, o estímulo à aplicação na vida real, a valorização do espaço comunitário e o protagonismo do educando na construção de seu projeto de vida.

**Palavras-chave:** Educação Integral; Gestão Democrática; Programa São Paulo Integral.

**Abstract:** Public education undergoes constant transformations in its conceptions, methodologies, practices, provoking a critical debate between contemporary social issues and the curriculum in everyday school life. This article aims to investigate how the “São Paulo Integral” Program has been developed at the Acclaimed Municipal Elementary School, with regard to democratic management and full-time education. The cultural, political and social issues present in the teaching-learning process and propositional in its curricular matrix, provided an opportunity for a dialogue with the formation and knowledge of individuals, integrated to formal knowledge, enabling a contextualization and emancipation of the entire educational community. Through active observation, a descriptive case study was developed, whose qualitative approach permeated the data collection in a perspective of analysis and reflections based on bibliographical and documentary research. The study revealed aspects of a plural, singular and integral education of children and adolescents as learning subjects. The Program, together with school management, seeks to promote an education aimed at welcoming, recognizing and fully developing the student in his uniqueness and diversity. In addition, the school is considered a space for learning and democratic experience in which the entire school community has a voice and vote in decisions. In this context, the Programa São Paulo Integral proposes the overcoming of the disciplinary fragmentation of knowledge, the encouragement of application in real life, the valorization of the community space and the role of the student in the construction of his/her life project.

**Keywords:** Integral Education; Democratic management; São Paulo Integral Program.

## 1. Introdução

Considerando a escola como um aparelho ideológico do Estado e, por conseguinte, um instrumento de intervenção social, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Aclamado, situada em uma região de vulnerabilidade, na zona leste de São Paulo, apresenta baixos índices nas avaliações externas e indicadores como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) com medidas de fluxo e desempenho escolar abaixo do esperado. A referida escola foi inaugurada em 2016, com a proposta de implantação do *Programa São Paulo Integral*, iniciativa que estabelece diretrizes para a ampliação do tempo de permanência das crianças e adolescentes em ambiente escolar, considerando os princípios e diretrizes pedagógicas da Educação Integral, em tempo integral.

Partindo desta proposição paradigmática de inovação na educação pública da cidade de São Paulo, coube à gestão romper com a cultura de educação tradicional e apropriar-se de nova visão: uma gestão democrática participativa dentro da concepção progressista de educação integral.

Diante deste desafio os gestores desta unidade foram incumbidos de promover a inclusão de todos os trezentos e cinquenta estudantes em tempo integral, sendo uma turma por série/ano a fim de priorizar a qualidade social. O currículo foi redimensionado para que contemplasse tanto os saberes acadêmicos da educação formal, quanto os sócios culturais oriundos da educação não formal, consolidando assim, a concepção de educação integral, com a proposição de formação omnilateral do educando.

O presente artigo pretende refletir como o Programa São Paulo Integral desenvolvido junto Escola Municipal de Ensino Fundamental Aclamado, no que tange aos seus aspectos relacionados à gestão democrática, participativa, à educação integral de uma instituição pública, por meio de uma pesquisa exploratória que confronte os possíveis avanços e retrocessos nos indicadores dos resultados escolares. Pretende-se demonstrar que é possível administrar uma escola com propostas genuinamente democráticas e suplantando os paradigmas de uma cultura cristalizada de uma educação formal e tradicional dentro da rede da pública de São Paulo, com programa cujo viés é educação integral, que aborda a aprendizagem sob uma perspectiva holística na qual os saberes escolares estão a serviço do desenvolvimento integral do ser humano.

## 2. Referencial Teórico

No presente artigo, a administração democrática e participativa será refletida à luz dos princípios de uma gestão escolar onde é fundamental a participação de todos os usuários da unidade de ensino no processo de resoluções de conflitos, decisões, reflexões e mudanças. Na gestão escolar são essenciais os quatro pilares da gestão democrática: participação, autonomia, descentralização do poder e transparência das ações. Elas são as categorias, ou melhor, os elementos fundantes da administração democrática e se inter-relacionam. (BRASIL, 2015). A participação é o principal meio de se confirmar a administração democrática na comunidade educativa, permitindo o envolvimento de profissionais e comunidade local no processo de tomada de decisões e funcionamento da organização escolar.

O princípio constitucional de Gestão Democrática vigora em nosso país a partir da promulgação da Carta Magna de 1988. Em síntese, de uma forma esquemática, há duas concepções de gestão democrática: uma somente formal e burocrática, em que a descentralização é uma estratégia fundamental à minimização do Estado, e outra que valoriza a autonomia do gestor com a participação da comunidade escolar, tal como o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9394/96 (GONZALEZ; BERNADO, 2013).

No Art. 206, da Constituição Federal de 1988, que fixa os princípios do ensino brasileiro, a gestão democrática, estabelecida no inciso VI, aumentou a autonomia das escolas no que diz respeito às tomadas de decisões e à garantia de padrão de qualidade, prevista no inciso VII. O Art. 206 organiza o ensino com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições Públicas e Privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de Carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado pelo regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - Garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

Do mesmo modo, para tornar as instituições escolares, eficientes e produtivas, a referida Constituição em seus Artigos nº211, nº212, nº213 instituiu respectivamente, a organização descentralizada dos sistemas de ensino entre os entes federativos, a descentralização administrativa financeira do ensino para os governos locais, otimizando os recursos públicos que seriam destinados às escolas (BERNADO; CHRISTOVÃO, 2015).

Ratificando a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) descreve no artigo 3º, inciso VIII, a gestão democrática do ensino público como um dos princípios da educação nacional. O art. 14 da referida Lei estabelece que os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, conforme as suas peculiaridades. Coloca-se como essencial a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Educativo (PPE) da escola com a presença das comunidades escolar e local, em conselhos ou equivalentes, mediante o envolvimento dos diferentes atores sociais. (BERNADO; CHRISTOVÃO, 2015).

Nesta mesma linha de exigência de gestão pública deparamos com a LBD n. 9394/96, que institui os princípios legais que asseguram aos sistemas de ensino na Educação Básica as normas de gestão democrática de acordo com as peculiaridades de cada comunidade escolar.

Percebe-se assim que a Gestão Democrática concretiza-se de diversas formas no contexto educacional sendo fundamentais as seguintes ações: a constituição e atuação do Conselho de Escola; a produção coletiva do Projeto Político-Educativo (PPE); a fiscalização dos recursos que a escola recebe pela comunidade escolar; a transparência na prestação de contas; a avaliação institucional da unidade escolar, dos professores, dos gestores, dos alunos, da equipe técnico-pedagógica; a discussão entre gestores e professores sobre medidas de melhoria na qualidade social, assim como a eleição de diretores e outras ações colegiadas.

No que tange a gestão democrática participativa qualquer sujeito da comunidade educativa possui a sua relevância dentro do processo pedagógico. Não existe um único ator centralizador, mas sim, há um compartilhar de responsabilidades, de resoluções de conflitos, de ações, de tomada de decisões e de práticas. Segundo

PARO (2008), a realização de um trabalho participativo, autônomo e democrático, envolvendo todos e cada um dos segmentos sociais que compõem a escola contribuindo para o rompimento do autoritarismo que ainda permanece no interior do *lócus* escolar. É fundamental proporcionar uma reflexão no que se refere ao papel do gestor na busca por uma escola pública de qualidade (BERNADO; CHRISTOVÃO, 2015).

Alguns pesquisadores exploraram este campo e analisam os fatores determinantes para uma escola de qualidade, capaz de promover de forma significativa o desempenho discente. (LÜCK, 2000, 2009; BOTLER; MARQUES, 2006; COSTA, 2009; GADOTTI, 2009). Eles defendem que a gestão é o fator predominante para a melhoria da qualidade da educação em se tratando principalmente do controle e dinamização das políticas públicas. Essa concepção se baseia no princípio de que, o gestor democrático, com visão da totalidade da escola em seus aspectos administrativos e pedagógicos, terá maiores condições de buscar estratégias que visem à melhoria da educação (BERNADO; CHRISTOVÃO, 2015).

Observa-se que o termo Gestão Democrática está presente em várias legislações vigentes, cabe destacar, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que no ano de 2007, já apontava a necessidade de melhorias na qualidade educacional do país. Entre suas ações, destaca-se o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7083/10, pautado pela indução da extensão da jornada escolar e reorganização do currículo segundo a perspectiva da Educação Integral (BERNADO; CHRISTOVÃO, 2015).

Outro fator frequentemente associado à melhoria da qualidade educacional refere-se sobre a ampliação do tempo de escola (CAVALIERE, 2007). De acordo com a autora, mesmo diante da ausência de consensos estabelecidos entre os pesquisadores que apontem uma associação causal direta entre a maior duração do tempo escolar e o aumento do rendimento dos alunos, no Brasil, temos visto, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/96), a propagação de projetos na Educação Básica pública garantindo uma jornada integral, como política pública, visando potencializar a qualidade social da educação.

O documento orientador do *Programa São Paulo Integral* define a unidade escolar como espaço privilegiado para além do ensino acadêmico com o

desenvolvimento de outras habilidades e saberes. A Unidade Educacional é concebida como um espaço primoroso de apoio à formação integral da criança e do adolescente sem, no entanto, considerar-se como o único espaço para essa formação. A escola, por meio de seu Projeto Político-Pedagógico, pode e deve proporcionar experiências fora do espaço formal, vinculadas aos projetos institucionais, elaborados em conjunto com a comunidade escolar. Com as crianças, adolescentes e comunidade escolar, valoriza-se a cultura própria do entorno, a qual espera-se ampliada no diálogo com outros saberes. É o tempo de convivência nesses espaços privilegiados, qualificado por essas articulações, que se propõem expandir (Programa São Paulo Integral SME/COCEU 2016).

No âmbito da rede pública de ensino de São Paulo, dentro do plano de metas, tendo em vista a inauguração de uma escola e uma gestão escolar que se iniciava, a partir de 2016, tem início o ano letivo com o Programa São Paulo Integral em todas as turmas que compõe a E.M.E. F Aclamado.

Instituído pela Portaria nº 7.464 de 03/12/2015, o Programa São Paulo Integral apresenta proposta de Educação Integral em tempo integral como política pública de educação do Município, a partir do mapeamento feito por meio do Programa Federal “Mais Educação Integral” e das atividades complementares desenvolvidas no Programa “Mais Educação São Paulo”. Respeitando a adesão das Unidades Educacionais, o Programa propõe a expansão da jornada do educando para, no mínimo, 7 horas diárias (8 horas-aula) e reorganiza a matriz curricular, de modo a possibilitar que as aulas da Base Nacional Comum, da parte diversificada e das experiências pedagógicas que compõem os Territórios do Saber sejam distribuídas ao longo na jornada do educando, quebrando a lógica de turno/contra turno (Programa São Paulo Integra SME/COCEU 2016).

Dentro da proposta desenvolvida pela Unidade Escolar Aclamado, num sentido mais prático, a atuação direta dos gestores do projeto referente ao cotidiano da escola iniciou-se por meio de assembleias com a comunidade de pais e responsáveis pelos educandos. O primeiro passo foi conhecer o bairro, a comunidade local, seus ideais de escola e suas angústias e desejos em relação aos espaços que garantissem às crianças e aos jovens, acesso à educação e cultura o maior tempo possível. Era essencial para que

elas não ficassem ociosas e vulneráveis aos problemas de criminalidade e drogas evidenciados no Bairro.

O documento orientador do Programa percorre toda história e conceptualização de educação integral e aponta as mesmas questões que a comunidade retrata. No entanto, quando hoje se fala em Educação Integral é inevitável que muitos dos conceitos mobilizados pelas perspectivas apresentadas sejam postos de volta à baila. Todos estes debates, como se vê, são antigos, entretanto, situam a Educação brasileira não na esteira de uma escola isolada do mundo que a cerca. Ao contrário, a escola está incrustada neste mundo, em relação multilateral, capilar e de contínuo diálogo. Também é possível se observar que a escola como ambiente de proteção social é percebida desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e sua discussão sobre Educação no Brasil. A Educação Integral passa pela condição de existência do educando. Nesse sentido, integralidade também significa constituir redes de proteção para assegurar a permanência, o bem-estar, a autonomia, a sustentabilidade e a valorização do que os educandos e as comunidades (culturais e de saberes), em que estão inseridos se desenvolvam (Programa São Paulo Integra SME/COCEU 2016).

Neste contexto, coube à equipe gestora buscar estratégias que fossem efetivas e garantissem aos educandos possibilidades de aprendizagens que ultrapassem a escolarização. Desta forma, inseriram dentro da grade curricular comum, oficinas e projetos denominados no programa como *Territórios do Saber*.

Com essa alteração no currículo prevê-se em documentos e legislação vigentes os possíveis avanços no processo de formação do sujeito educando no que diz respeito a melhoria nos resultados de aprendizagem e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. São previstos também o diálogo entre as metodologias e estratégias utilizadas nas atividades de expansão da jornada na perspectiva do currículo integrador; a manifestação de propostas curriculares inovadoras; reconhecimento e ampliação dos territórios educativos e comunidades de aprendizagem e atendimento ao sistema de garantia de direitos na perspectiva da proteção integral à criança e ao adolescente (Programa São Paulo Integra SME/COCEU 2016).

Utilizou-se também para tal objetivo, o livro *“Educação Integral no Brasil: Inovações em Processo”*, de Gadotti (2009). O autor traz à tona a discussão dos



processos educativos que nos levam ao Ensino Integral, sendo também um referencial para a construção dessa pesquisa no que tange ao entendimento da importância do ensino integral e a maneira como ele interfere na formação dos indivíduos.

### 3. Método

A metodologia utilizada envolveu a revisão da literatura, com o intuito de aprofundar o referencial teórico, dando suporte à investigação, com o estudo documental de leis, decretos, planos, programas, projetos e outros. Tendo em vista o objetivo deste trabalho que se insere no campo da Gestão da Educação Pública, elegemos uma abordagem metodológica qualitativa, na perspectiva de um estudo exploratório.

Para melhor delimitação do estudo de caso (YIN, 2015) adotou-se como objeto de pesquisa a EMEF Aclamado, localizada no município de São Paulo. A pesquisa se configurou como descritiva, cuja abordagem do tratamento dos dados coletados foi qualitativa.

Esta pesquisa bibliográfica e documental, enquanto técnicas de coletas de dados, procederam com a revisão bibliográfica assistemática, por meio da busca de artigos, livros, teses e dissertações referentes a gestão democrática na escola de educação integral. De modo complementar, buscou-se identificar a legislação alusiva aos assuntos em pauta (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; CRESWELL, 2010).

A investigação desenvolveu-se em fases, durante os meses de janeiro a junho do presente ano, iniciando com a elaboração do respectivo projeto de pesquisa. Posteriormente, procedeu-se a pesquisa bibliográfica assistemática, com a finalidade de construção do referencial teórico. As principais fontes de pesquisa foram os livros, as plataformas *Scholar Google*, Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), organismo ligado ao Ministério da Educação do Brasil.

Ao longo da pesquisa documental, na coleta dados sobre os avanços na área educacional e a ação governamental, estávamos atentas em confrontá-los com os dispositivos legais relacionados ao tema do estudo. Deste modo, buscamos a



caracterização da legislação vigente e pertinente para o ambiente legal refletido no campo educacional da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aclamado.

#### 4. Análise dos Resultados

Durante os anos de 2017 a 2019 verifica-se um crescimento no número de atividades aplicadas dentro das instituições escolares que não necessariamente voltadas à instrução do alunado. Segundo CAVALIERE, questões como higiene básica, saúde, alimentação saudável, cuidados e hábitos primários, bem como discussões socioambientais e de convivências são desenvolvidas dentro do âmbito escolar. (CAVALIERE, 2002, p. 249)

A EMEF Aclamado se apropria de tais conceitos e estabelece um diálogo dialético e reflexivo com o seu fazer cotidiano, agregando-se assim as concepções de Educação, de Infância, de Currículo, de Metodologia e de Avaliação que sustentam PPE rumo à construção de uma Escola democrática, emancipatória, de aprendizagens ativas, de inclusão, dignidade e solidariedade humanas. Em que os atores sociais envolvidos neste processo possam de forma autônoma e autoral construir os conhecimentos necessários para responder as demandas educacionais, sociais, políticas, econômicas e culturais construídas historicamente ao longo de suas vidas.

Cavaliere aponta que a ampliação das funções escolares faz com que as instituições passem a cumprir um papel que vai além da formação acadêmica, atribuindo à escola a personalidade sócio – integradora. Essa transformação é vista como necessária por conta das modificações nas demandas verificadas na sociedade atual (CAVALIERE, 2002, p. 250).

Tais questões foram tornando-se mais fortes dentro das instituições escolares, não podendo deixar de serem tratadas, correndo-se o risco de não cumprir com o real papel da educação que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.324/96) “*tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*” (BRASIL, LDB, Art. 2º, 1996).

Desse modo, ao se pensar a educação do sujeito de maneira integral, é preciso considerar que a escola não deva atuar apenas repassando conteúdos científicos, mas também auxiliar o estudante em sua emancipação cognitiva, crítica e cidadã.

Ponderando tais aspectos da educação e as necessidades que se despontam na atualidade, as recentes políticas públicas do município de São Paulo têm apontado para a construção de uma nova identidade para as escolas. Desse modo passa-se a pensar não apenas alterações fundamentais no aspecto curricular, incluindo questões de importância sobre saúde, gênero, meio ambiente e sociedade; em acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas; como também a possibilidade da permanência dos educandos por mais tempo nas instituições de ensino.

Em concordância com o que ocorre em âmbito nacional, em 2015 é lançada a normativa referente à escola integral em São Paulo, a Portaria nº 7.464 que institui o *Programa São Paulo Integral* nas escolas municipais, compreendendo todo o Ensino Básico (Ensino Infantil, Fundamental e Médio), bem como as escolas de educação bilíngue para surdos (BRASIL, 2015, portaria nº 7.464).

A portaria, apoiando-se no que diz a Constituição e a LDB no que tange a educação, institui a Educação Integral, visando “promover a vivência de situações que enriqueçam o processo formativo, expandindo os tempos de permanência dos educandos na escola, nos territórios educativos e nas comunidades de aprendizagem” (BRASIL, Portaria nº 7.464, Art. 1º, 2015).

Nessa perspectiva, coloca-se a Educação Integral como alternativa de integração dos saberes dentro do Currículo da Cidade, possibilitando às crianças e adolescentes a oportunidade de acesso às diversas aprendizagens que auxiliem no desenvolvimento sustentável da sociedade.

Segundo a normativa, o ensino integral auxiliaria o estudante a desenvolver-se social e criticamente, superando a fragmentação curricular e ampliando os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, bem como as atitudes e valores necessários para o desenvolvimento integral e para a formação cidadã dos indivíduos (Instrução Normativa SME nº 13 de 11/09/2018).

As atas escolares registram que as primeiras experimentações com o Programa São Paulo Integral na EMEF Aclamado, no ano de 2018 são desencadeadas a partir de uma nova instrução normativa, reorientando o Programa São Paulo Integral. A nova

legislação traz à tona a necessidade de integração das propostas pedagógicas das Unidades Escolares de maneira a assegurar aos estudantes um ambiente acolhedor que possibilite a apropriação de diversas linguagens e saberes e considere o atendimento especializado, quando necessário. A normativa também reorienta as ações escolares, tendo como base o Currículo da Cidade (Instrução Normativa SME nº 13 de 11/09/2018).

Considerando os principais objetivos da educação integral, os gestores escolares tomaram consciência das modificações trazidas às instituições de ensino e aderiram ao Programa São Paulo Integral. A E.M.E.F Aclamado atualmente possui turno único das 7h às 14h, com doze turmas de Ensino Fundamental. Para complementar, oportuniza aos educandos a oferta de projetos alternativos sob a égide do Programa Mais Educação das 14h às 17h.

A observação direta das turmas que ingressaram no Programa no ano de 2016 foi feita levando em conta os pilares fundamentais elencados nas orientações do Programa São Paulo Integral, assim como das portarias regulamentadoras do ensino integral: Equidade, Inclusão e Educação Integral.

Tais pilares buscam objetivar na prática a proposta das legislações vigentes ao promover experiências pedagógicas diferenciadas e diversificadas nos Territórios do Saber, expandindo período de permanência dos estudantes na escola de forma qualificada, ressignificando tempos e espaços. No que tange ao currículo, garantir o direito de acesso aos territórios educativos da escola e para além dela, numa perspectiva de formação e desenvolvimento integral, contemplando as aprendizagens multidimensionais e a integralidade dos sujeitos (Instrução Normativa SME nº13 de 11/09/2018).

O conceito de Educação Integral, contida no programa, aponta que a educação acontece em diferentes tempos e espaços da sociedade contemporânea. Baseado na concepção de Cidades Educadoras, impulsionado pelo movimento de mesmo nome, surgido em Barcelona, em 1990, tal noção de educação integral passa a compreender a cidade, portanto, como território educativo (BERNADO; CHRISTOVÃO, 2015).

As turmas são constituídas entre 25 a 32 estudantes cada e permanecem na unidade escolar do período das 7h às 14h, possuindo intervalos para almoço e lanche. São ofertadas diariamente dentro da grade curricular atividades que contemplem a

expansão curricular e as experiências pedagógicas, tais como: Oficina de Leitura, Xadrez, Imprensa Jovem, Robótica, Musicalização e Projeto de Apoio Pedagógico.

Ao observar as turmas durante o 1º bimestre do ano letivo de 2019 (fevereiro a abril), percebe-se maior assiduidade dos educandos; além de um melhor desenvolvimento dos mesmos em outras áreas de conhecimento como a consolidação da alfabetização, a valorização da identidade e o desenvolvimento da autonomia dos educandos garantindo uma melhor percepção do papel da escola como núcleo social.

A pesquisa nos revelou em relação às habilidades socioemocionais que toda comunidade escolar percebe que as interações sociais e interpessoais estão fortalecidas com o sentimento de pertencimento. As relações de convivência permanecem menos conflituosas e sem traços de violência. Desta forma, fica evidenciado que a implantação de atividades de expansão da jornada garante uma educação de qualidade social.

Percebe-se a melhoria nos conceitos avaliativos dos estudantes dentro das disciplinas integrantes do currículo regular. Houve a incidência no crescimento dos índices do desempenho escolar se comparado ao início do programa em 2016 até os dias atuais. Os educandos inseridos no Ensino Integral demonstraram mais iniciativa e protagonismo em eventos e atividades culturais fora da escola. Fato que demonstra que o programa tem conscientizado esses estudantes para as suas responsabilidades políticas e sociais dentro da comunidade local.

## 5. Considerações Finais

O Ensino Integral surge como uma forma de conformar às demandas apresentadas pela sociedade atual considerando a premência de desenvolvimento global dos estudantes, na intencionalidade de diminuir a desigualdade social.

Ao analisar os resultados da pesquisa proposta e com base nas observações feitas, foi possível perceber que o Ensino Integral proposto pelo município de São Paulo favorece a obtenção dos conhecimentos e de habilidades necessárias para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU como meta para a educação mundial. O Projeto Político Pedagógico da unidade escolar deve pautar-se na equidade, que pressupõe reconhecer as singularidades de cada

educando e assumir o compromisso de reverter à situação de exclusão histórica que marginaliza a maioria dos educandos diante de suas comunidades.

Por meio da observação dos estudantes frequentadores da E.M.E.F. Aclamado, foi possível perceber o desenvolvimento plenamente satisfatório tanto no currículo regular como nos territórios do saber, apresentando assim indicativos favoráveis quanto ao rendimento escolar. Os estudantes demonstraram maior consciência social, tornando-se mais ativos na comunidade em que se inserem, bem como uma ascendência em suas relações interpessoais.

Percebe-se, no entanto, a necessidade de ampliação dos recursos destinados à Educação Integral, para que o programa possa ser ampliado e atenda a possibilidades de projetos no turno viabilizando mais oportunidades de aprendizagens aos estudantes. Verifica-se que a destinação de verbas públicas para a expansão do projeto, visando um ensino de maior qualidade, é primordial.

Faz-se necessário garantir a intersetorialidade das redes de proteção com a educação, sendo as parcerias necessárias à corresponsabilidade na formação integral.

Portanto, considerando a funcionalidade do Programa São Paulo Integral dentro da EMEF Aclamado, comprova-se sua importância na formação integral dos sujeitos, verificando a necessidade de maiores investimentos por parte dos governos para a ampliação do projeto e melhoria no atendimento aos educandos.

A pesquisa realizada, por sua extensão, deve ser considerada um agente gerador no reconhecimento dos avanços que o *Programa São Paulo Integral* proporcionou ao ensino na escola pública do município de São Paulo.

O desafio de construir tal paradigma está posto para todos aqueles que vislumbram a possibilidade de uma sociedade mais justa, humana, sustentável e democrática para a qual o papel da escola faz muita diferença.

## Referências

BERNADO, Elisangela da Silva. Gestão escolar (e educacional) numa perspectiva democrática: limites e possibilidades. In: PAULA, Lucília Augusta Lino de; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. (Org.). **Coleção Conselhos Escolares do MEC**. 1ed. Brasília: MEC, 2015, v. 1, p. 1-18.  
BERNADO, Elisangela da Silva; CHRISTOVÃO, Ana Carolina. **Gestão Democrática e Educação e(m) tempo integral: O programa Mais Educação e a Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro**, 29, 2015, In: EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação, Pontifícia Universidade

Católica do Paraná – Paraná. Disponível em:

[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17899\\_7573.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17899_7573.pdf). Acesso em: 05 de maio/2019  
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 28 abr. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 28 abr. de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Integral (Histórico: Mais Educação)**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal\\_educ\\_integral.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf) Acesso em: 28 de abr. de 2019.

BOTLER, Alice Miriam Happ; MARQUES, Luciana Rosa. **Escola de Gestores: contribuições para a implementação da gestão democrática**, 2006.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação Integral: Uma Nova Identidade para a Escola Brasileira?** São Paulo, Educ. Soc., vol. 23, 2002, p. 247-270.

\_\_\_\_\_. **Tempos e espaços escolares: experiências, políticas e debates no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Ponteio; FAPERJ, 2014. \_\_\_\_\_. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out.2007

COSTA, Jane Elizabeth Ribeiro. **Gestão democrática: fator determinante para o sucesso da escola pública como agente transformador**. Educação, 2009.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. (3a ed.). Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa (6ª ed.)**. SP: Autores Associados, 1999, p.01.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: Inovações em Processo**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001781162> Acesso em: 23 abr. 2019.

GONZALEZ, Wania Regina Coutinho; BERNADO, Elisangela da Silva. A gestão democrática em espaços não formais de ensino. *Série-Estudos (UCDB)*, V. 36, p. 63-76, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1991.

LÜCK, Heloísa. **Gestão escolar e formação de gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL (SÃO PAULO). **Currículo da Cidade de São Paulo (Ensino Fundamental: Português)**. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/50636.pdf>. Acesso em: 24 de abr. de 2019.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2008.

PORTARIA nº 7.464, de 3 de dezembro de 2015. **Institui o Programa “São Paulo Integral” nas Escolas Municipais de 48 Educação Infantil - EMEIs, de Ensino Fundamental - EMEFs, de Ensino Fundamental e Médio - EMEFMs, nas Unidades de Educação Bilíngue para Surdos - EMEBS e nos Centros Educacionais Unificados - CEUs da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências**. São Paulo: SME, 2015.

SÃO PAULO (Município). **Retificação - Instrução Normativa SME nº 13, de 11 de setembro de 2018. Reorienta o Programa “São Paulo Integral” nas EMEIs, EMEFs, EMEFMs, EMEBS e nos CEUs da RME**. São Paulo, 2018. Disponível em:

[www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=aae89638028800b0ad8d571b09804d7f&PalavraChave=Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20SME](http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=aae89638028800b0ad8d571b09804d7f&PalavraChave=Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20SME) Acesso em: 17 de abr. de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SÃO PAULO (SP). Coordenadoria dos Centros Educacionais Integrados e da Educação Integral. **Programa São Paulo Integral: construir novos caminhos pedagógicos.** – São Paulo: SME / COCEU, 2016. 48p.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) em Gestão Pública e Gestão da Educação Pública Municipal da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP, em parceria com o Programa UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB, instituído pelo Ministério da Educação/MEC, no âmbito do Programa 1061 – Brasil Escolarizado, ação 8426 – Formação Inicial e Continuada a Distância com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A atual equipe gestora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aclamado pela predisposição em disponibilizar todos os documentos necessários para realização desta pesquisa.

Recebido em: 10/12/2021.

Aceito em: 31/03/2022.